

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	5
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	22
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	22
7. IMOBILIZADO	23
8. INTANGÍVEL	25
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	27
10. FORNECEDORES.....	27
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	27
12. PROVISÕES.....	28
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
14. RECEITA LÍQUIDA	31
15. CUSTOS E DESPESAS	32
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	36
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	38
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	42
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A CEMIG GERAÇÃO POÇO FUNDO

A Cemig Geração Poço Fundo S.A é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 7, Bairro Santo Agostinho e tem por denominação social a produção e a comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 159.085 mil (R\$ 139.085 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 159.084.895 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (139.084.895 em 31 de dezembro de 2022), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$ 27.129 mil em 2023, em comparação a um lucro de R\$10.467 mil em 2022. O resultado já é resultante da operação e manutenção da Pequena Central Hidrelétrica “PCH” Poço Fundo. Em 2021, a Aneel anuiu a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig – GT para a Cemig Geração Poço Fundo.

Receita operacional

A receita operacional líquida, em 2023, foi de R\$35.289 mil (R\$14.720 mil em 2022), oriunda do aumento de suprimento cotas de geração própria, visto que em 2023 passou a ter receitas decorrentes da sua operação.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 9.174 mil em 2023 (R\$4.605 mil em 2022). O principal aumento nos custos e despesas se justifica pelo aumento nos serviços de terceiros e despesas de depreciação.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro foi em 2023 de R\$3.122 mil, comparado a R\$1.353 mil em 2022, representando um aumento de 130,75%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da receita financeira relacionada a renda de aplicação financeira.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$2.108 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 29.237 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,21% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2022, a Companhia apurou o montante de R\$ 1.001 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 11.468 mil antes dos efeitos fiscais representando 8,73% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi positivo em R\$ 29.071 mil (R\$10.378 em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 82,38% no mesmo período (70,50% em 2022) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado Líquido	27.129	10.467	159,19%
Despesa de IR e CS	2.108	1.001	110,59%
Depreciação/Amortização	2.956	263	1.023,95%
Resultado Financeiro	(3.122)	(1.353)	130,75%
LAJIDA	29.071	10.378	180,12%

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 27.129 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 1.356 mil para constituição de reserva legal;
- R\$ 21.171 mil pagos em 2023 como dividendo intermediários, contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$12.886 mil; e;
- R\$ 4.602 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à Lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

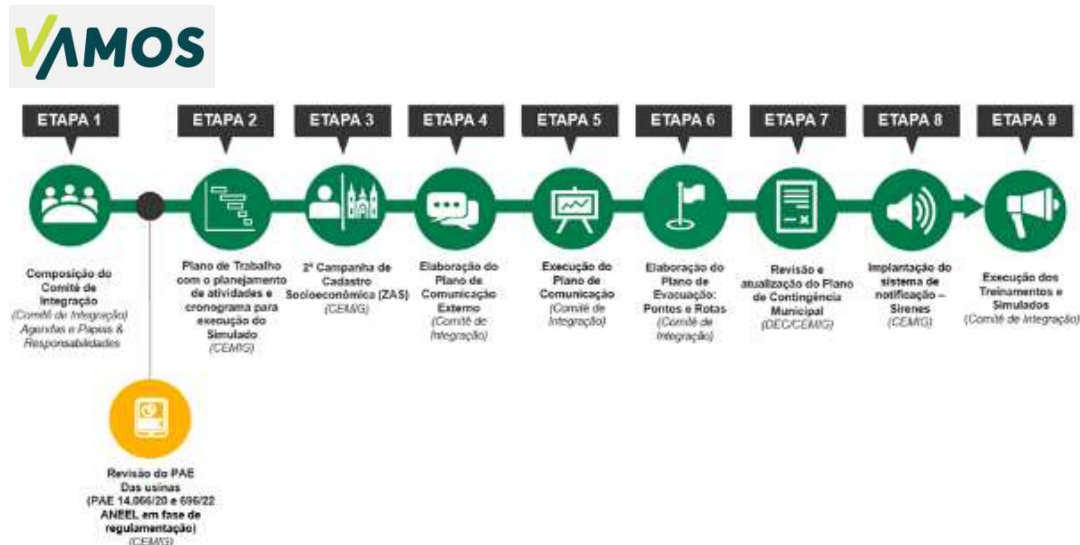
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;

- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHS: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;

- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.663	1.920
Títulos e Valores Mobiliários	4	5.523	11.225
Consumidores e Revendedores	5	4.495	3.648
Tributos compensáveis	6	66	1.812
Fundos Vinculados		170	202
Outros ativos		343	349
TOTAL DO CIRCULANTE		13.260	19.156
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	42
Tributos compensáveis	6	1.098	1.126
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	49	49
Depósitos judiciais	9	892	847
Imobilizado	7	155.335	164.005
Intangível	8	3.092	3.291
Direito de Uso		132	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		160.598	169.443
ATIVO TOTAL		173.858	188.599

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	3.782	14.514
Encargos Regulatórios		12	2
Impostos, Taxas e Contribuições	11	729	1.141
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	698	289
Convênio de compartilhamento	18	138	138
Passivo de Arrendamento		12	11
TOTAL DO CIRCULANTE		5.371	16.095
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios		1	4
Impostos, Taxas e Contribuições	11	195	169
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	17	181	286
Provisões	12	12	13
Passivo de Arrendamento		131	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		520	551
TOTAL DO PASSIVO		5.891	16.646
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital Social		159.085	139.085
Reserva de Lucros		8.882	12.868
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.967	171.953
PASSIVO TOTAL		173.858	188.599

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	14	35.289	14.720
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(3.562)	(2.832)
Custos de operação		(5.122)	(1.444)
		(8.684)	(4.276)
LUCRO BRUTO		26.605	10.444
DESPESAS			
Despesas Gerais e Administrativas	15	(451)	(286)
Outras Despesas Operacionais	15	(39)	(43)
		(490)	(329)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		26.115	10.115
Receitas Financeiras	16	3.134	1.632
Despesas Financeiras	16	(12)	(279)
		3.122	1.353
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		29.237	11.468
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	17	(2.213)	(781)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	105	(220)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		27.129	10.467

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.129	10.467
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	27.129	10.467

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social		Reservas de Lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	97.162	622	3.099	41.923	-	142.806	
Resultado do Exercício	-	-	-	10.467	-	10.467	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	20.000	-	-	20.000	
Aumento de capital social	41.923	-	(41.923)	-	-	-	
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(1.320)	-	-	(1.320)	
Destinação do Lucro Proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	523	-	(523)	-	-	
Reserva especial	-	-	4.972	(4.972)	-	-	
Reserva para investimento	-	-	4.972	(4.972)	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	139.085	1.145	11.723	20.000	-	171.953	
Resultado do Exercício	-	-	-	27.129	-	27.129	
Aumento de capital social	20.000	-	(20.000)	-	-	-	
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(9.944)	-	-	(9.944)	
Destinação do Lucro Proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	1.356	-	(1.356)	-	-	
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	-	-	-	(21.171)	-	(21.171)	
Reserva de retenção de lucros	-	-	4.602	(4.602)	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	159.085	2.501	6.381	-	-	167.967	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	27.129	10.467
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos (Nota 17)	2.108	1.001
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Nota 16)	(51)	(49)
Depreciação	2.952	266
Amortização direito de uso	4	3
Juros Passivo de Arrendamento	11	11
Juros e variações monetárias	(2.953)	(1.377)
Outros	4	-
	29.204	10.322
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(847)	(3.019)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(1.515)	189
Tributos Compensáveis	1.774	(387)
Outros	(47)	(12)
	(635)	(3.229)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(3.023)	(12.636)
Impostos, Taxas e Contribuições	(386)	(138)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	(123)
Encargos Regulatórios	7	3
Convênio de Compartilhamento	-	116
Outros	55	6
	(3.347)	(12.772)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.222	(5.679)
Juros resgatados	2.862	1.039
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(289)	(612)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.795	(5.252)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(28.776)	(59.610)
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários	34.611	49.677
Em Fundos Vinculados - Aplicação	(1.282)	(1.234)
Em Fundos Vinculados -Resgate	1.314	1.380
Em Imobilizado (Nota 7)	(1.792)	(18.185)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.075	(28.264)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.000
Arrendamentos pagos	(12)	(11)

Dividendos pagos (Nota 13e)	(31.115)	(2.641)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(31.127)	17.348
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	743	(16.168)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.920	18.088
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.663	1.920
	743	(16.168)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 06 de abril de 2001, foi constituída a Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”), sociedade anônima de capital fechado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

Em 2021, a ANEEL anuiu a transferência da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo da titularidade da concessão da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo. O Contrato de Concessão 001/2021 foi assinado em abril de 2021.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, estado de Minas Gerais.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Poço Fundo, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 05/2052. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

Em 2022 entraram em operação duas unidades geradoras ampliando a potência instalada da usina para 30 MW.

O empreendimento entrou em operação com três meses de antecedência em relação ao prazo estabelecido para o início do suprimento da energia comercializada pela Companhia no Leilão Aneel 03/2019, decorrente da ampliação da usina.

A Cemig Geração e Transmissão AS, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas

significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 8 de Maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (definição de vida útil dos ativos);
- Nota 12 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações)

- Nota 14 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica); e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações do CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação nas demonstrações financeiras das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações do CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

2.8. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários e Fundos Vinculados eram divulgados em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas Bancárias	44	28
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	103	-
Overnight	2.516	1.892
TOTAL	2.663	1.920

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023, conforme operação.

As **operações de aplicações (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que variou de 11,42%a.a a 11,65%a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a 13,64% em 31 de dezembro de 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	527	1.233
Letras Financeiras – Bancos	3.405	7.341
Letras Financeiras do Tesouro	1.535	2.587
Debêntures	56	64
	5.523	11.225
Não Circulante		
Debêntures	-	42
	-	42
Total	5.523	11.267

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que foi de 103% a.a. a 104,3% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a.a. e 111,98% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 11,83% a.a. e 11,85% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,65% a.a. e 13,88% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2023	2022
Fornecimento industrial	-	3.189	3.189	3.648
Suprimento a outras concessionárias	1.306	-	1.306	-
Total	1.306	3.189	4.495	3.648

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
ICMS	1.059	1.059
Pis/Pasep e Cofins	105	1.879
Total	1.164	2.938
Circulante	66	1.812
Não Circulante	1.098	1.126

7. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2023			2022		
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	2,26%*	116.091	(6.765)	109.326	5.368	(4.011)	1.357
Terrenos		24		24	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras		83.497	(2.622)	80.875	906	(828)	78
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.437	(1.431)	6	1.437	(1.430)	7
Máquinas e equipamentos		31.115	(2.694)	28.421	2.983	(1.735)	1.248
Veículos		2	(2)	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios		16	(16)		16	(16)	-
Em curso		46.009	-	46.009	162.648	-	162.648
Máquinas e equipamentos		11.395	-	11.395	39.138	-	39.138
Barragens e benfeitorias		34.614	-	34.614	123.510	-	123.510
TOTAL		162.100	(6.765)	155.335	168.016	(4.011)	164.005

*2,26% em 2023 e 3,33% em 2022.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Transf.	Outros (1)	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Terrenos	24	-	-	-	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	906	-	82.591	-	83.497	(2.622)	80.875
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	-	-	-	1.437	(1.431)	6
Máquinas e equipamentos	2.983	-	28.132	-	31.115	(2.694)	28.421
Veículos	2	-	-	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	(16)	-
Em curso	162.648	1.792	(110.723)	(7.708)	46.009	-	46.009
Total	168.016	1.792	-	(7.708)	162.100	(6.765)	155.335

(1) Trata-se de baixas/saídas na conta de Ativo imobilizado em curso realizado na rubrica de fornecedores.

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Valor bruto em 31/12/2022	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Terrenos	24	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	906	906	(828)	78
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	1.437	(1.430)	7
Máquinas e equipamentos	2.983	2.983	(1.735)	1.248
Veículos	2	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	16	(16)	-
Total	5.368	5.368	(4.011)	1.357

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2021	Adições	Baixas	Aporte	Valor bruto em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	25.624	13.514	-	-	39.138
Reservatórios, barragens e adutoras	118.839	4.671	-	-	123.510
Total	144.463	18.185	-	-	162.648

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 2,26% (3,33% em 2022).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

Intangível	2023			2022		
	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	4.836	(1.744)	3.092	4.836	(1.545)	3.291
Ativos da concessão - GSF	1.482	(118)	1.364	1.482	(71)	1.411
Servidões	1.475	-	1.475	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	(1.626)	253	1.879	(1.474)	405
Total	4.836	(1.744)	3.092	4.836	(1.545)	3.291

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Valor bruto em 31/12/2023	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão - GSF	1.482	-	1.482	(118)	1.364
Servidões	1.475	-	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	-	1.879	(1.626)	253
Total	4.836	-	4.836	(1.744)	3.092

Ativo Intangível em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Adições	Aporte	Valor bruto em 31/12/2022	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão - GSF	1.482	-	-	1.482	(71)	1.411
Servidões	1.475	-	-	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	1.879	-	-	1.879	(1.474)	405
Total	4.836	-	-	4.836	(1.545)	3.291

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Poço Fundo	1.482			
PCH Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	892	847
Total	892	847

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e Transporte de Energia	415	210
Materiais e Serviços (1)	3.367	14.304
TOTAL	3.782	14.514

(1) Houve ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo. Com isso, em 2022 houve aquisições de materiais e serviços para esta ampliação

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
ICMS	-	2
COFINS	125	138
PASEP	25	28
INSS	561	873
ISSQN	11	45
Outros	7	55
	729	1.141
Não circulante		
COFINS	160	139
PASEP	35	30

	195	169
TOTAL	924	1.310

12. PROVISÕES

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Honorários de êxito	13	-	-	-	13
Total	13	-	-	-	13

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$19.357 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações de natureza de responsabilidade civil, em que se discute indenizações por danos materiais. A Companhia está envolvida em processos judiciais relacionados à interrupção de energia elétrica. A discussão é sobre o pagamento de indenização por danos materiais devido a perdas financeiras, decorrentes da paralização das atividades da usina termelétrica

Adicionalmente, em 2023 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 159.085 (R\$139.085 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 159.084.895 (cento e trinta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (139.084.895 em 31 de dezembro de 2022),

nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Aumento de capital de social

Em 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, houve o aumento de capital social, no montante de R\$20.000 decorrentes de integralização de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), passando de R\$139.085 para R\$159.085, dividido em 159.084.895 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) de ações ordinárias (139.084.895 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva legal	2.501	1.145
Reserva especial	-	4.972
Reserva para investimento	-	4.972
Retenção de lucros	4.602	-
Reserva de dividendos não distribuídos	1.779	1.779
	8.882	12.868

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.356 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a

primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	27.129	10.467
Reserva legal	(1.356)	(523)
	25.773	9.944
Dividendos intermediários, contemplando o mínimo obrigatório	21.171	-
Dividendos adicionais propostos	4.602	-
Reserva Especial	-	4.972
Reserva para investimento	-	4.972
Total dos dividendos	25.773	9.944

d) Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 27.129, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 1.356 para constituição de reserva legal;
- R\$ 21.171 pagos em 2023 como dividendo intermediários, contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$12.886;
- R\$ 4.602 para pagamento de dividendos adicionais.

e) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	9.944
Pagamento de dividendos intermediários ref. 2023	21.171
	31.115

14. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Receita operacional bruta (a)	36.813	15.310
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.524)	(590)
Receita operacional líquida	35.289	14.720

a) Fornecimento bruto de energia

Classe de consumidor	2023	2022
Suprimento Comercial	15.144	11.575
Leilão CCEAR Suprimento	17.592	-
Suprimento não faturado	3.188	3.648
Transações com energia na CCEE	889	87
Total	36.813	15.310

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2023	2022
PIS/Pasep	(246)	(100)
Cofins	(1.137)	(459)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(141)	(31)
Total das deduções à receita operacional	(1.524)	(590)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo a prática contábil material atrelada às receitas da Companhia.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	(1.466)	(798)
Encargos de uso da rede básica de distribuição	(2.096)	(2.034)
	(3.562)	(2.832)

b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Materiais	40	-	-	-	40	-
Serviços de terceiros	2.114	1.136	48	69	2.162	1.205
Depreciação	2.956	263	-	-	2.956	263
peçoal	-	-	344	217	344	217
outras despesas	12	45	98	43	110	88
	5.122	1.444	490	329	5.612	1.773

c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Convênio de compartilhamento	550	448
Publicações legais	1	6
Meio Ambiente	617	220
Auditoria Externa	20	25
Vigilância	18	-
Outros	956	506
TOTAL	2.162	1.205

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.995	1.434
Variação monetária de depósitos judiciais	51	49
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	80	113
Rendas de antecipação de pagamento	2	30
Outras Receitas Financeiras	6	6
	3.134	1.632
Despesas Financeiras		
Atualização financeira - Apuração IR/CSLL por estimativa	-	(173)
Juros Passivo de Arrendamento	(11)	(11)
Outras	(1)	(95)
	(12)	(279)
RESULTADO FINANCEIRO	3.122	1.353

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda	9	9
Contribuição social	40	40
Total	49	49

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de Renda	374	152
Contribuição Social	324	137
TOTAL	698	289

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de Renda		
Rendas não resgatadas	33	99
Compensação crédito tributário ativo	(9)	14
Ressarcimento Custos GSF	27	28
Diferido regime de caixa/competência	82	68
Contribuição Social		
Rendas não resgatadas	12	36
Compensação crédito tributário ativo	(23)	(11)
Ressarcimento custos GSF	15	15
Diferido regime de caixa/competência	44	37
TOTAL	181	286

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	37.273	37.273
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.982	4.473
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.257	3.257
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo	6.298	7.789
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	945	701
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	606	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.551	701
Acerto ECF	(28)	(10)
Rendas de aplicações	2.995	2.995
Renda de aplicações resgatadas	3.257	3.257
Rendas de aplicações não resgatadas	(262)	(262)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(66)	(24)
Receita por competência diferida	(459)	(459)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(37)	(55)

Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(9)	(5)
Amortização Custo GSF Diferido	(47)	(47)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(4)	(6)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	1.522	691
Diferido	(76)	(29)

	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	12.026	12.026
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	962	1.443
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.081	1.081
Outras Receitas Financeiras	198	198
Base de Cálculo	2.241	2.722
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	336	245
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	200	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	536	245
Rendas de aplicações não resgatadas	353	353
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	88	32
Receita por competência diferida	3.287	3.287
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	263	394
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	66	36

Amortização Custo GSF Diferido	(47)	(47)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(4)	(6)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	536	245
Diferido	153	67

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	-	-	8	9	-	-	(5)	(4)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	184	-	-	-	(2.096)	(2.025)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	138	138	-	-	(410)	(221)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	266	2.123	-	-	(550)	(2.669)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.516	1.892	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.522	11.225	-	-	130	395	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	42	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	35	44
Participação nos resultados	8	9
Previdência privada	2	1
Planos de saúde e odontológico	-	-
Seguro de vida	-	-
Total (1)	45	54

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		4.495	4.495	3.648	3.648
Títulos e Valores Mobiliários		5.523	5.523	1.612	1.612
		10.018	10.018	5.260	5.260
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.663	2.663	1.892	1.892
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	527	527	1.233	1.233
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.405	3.405	5.835	5.835
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.535	1.535	2.587	2.587
		8.130	8.130	11.547	11.547
		13.573	13.573	16.807	16.807
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.782)	(3.782)	(14.514)	(14.514)
Passivo de Arrendamento		(143)	(143)	(90)	(90)
		(3.925)	(3.925)	(14.604)	(14.604)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	3.712	70	-	-	-	3.782
Passivo de Arrendamento	1	2	9	50	212	274
TOTAL	3.713	72	9	50	212	4.056

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Cemig Geração Poço Fundo S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2024.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro